
ESCOLA HISTÓRICA, PARADIGMA, MATRIZ DISCIPLINAR - TRÊS CONCEITOS PARA A TEORIA DA HISTÓRIA -



José D'Assunção Barros
Doutor em História Social
Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
E-mail: jose.assun@globocom.com

RESUMO: Este artigo busca discutir as possibilidades de aplicação, para a História, dos conceitos de “escola histórica”, “paradigma” e “matriz disciplinar” – aqui considerados como três noções que colaboram para a constituição das identidades teóricas dos historiadores. É discutido, em um primeiro momento, o conceito de “Escola Histórica”. Na sequência, são discutidas as clássicas definições e abordagens propostas por Thomas Kuhn para os conceitos de paradigma e matriz disciplinar, no ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Em um segundo momento, é discutida a necessidade de adaptações do conceito no âmbito das Ciências Humanas, considerando que ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia são multiparadigmáticas. A articulação entre os conceitos de “Matriz Disciplinar” e “Paradigmas” pode ser apresentada como uma alternativa teórica interessante. O exemplo da História é trazido para ilustrar uma situação que pode ser estendida às outras ciências humanas.

Palavras-chave: Ciências Humanas; Paradigma; Matriz Disciplinar. Escola Histórica.

HISTORIC SCHOOL, PARADIGM AND DISCIPLINARY MATRIX – Three concepts for the History Theory -

ABSTRACT: This article aims to discuss the possibilities of application, to the History, the concepts of Historic School, “Paradigm” and “Disciplinary Matrix” – here considered as three notions that contribute to establish the theory identity of historians. It is discussed, in the first moment, the concept of Historic School. In the sequence, they are discussed the classical definitions and approaches proposed by Thomas Kuhn for the concepts of “paradigm” and “Disciplinary Matrix”, in the essay *Structure of Scientific Revolutions* (1962). In a second moment, it is discussed the necessity of adaptations of the concept of “paradigm” in the ambit of Human Sciences, considering that sciences as History, Sociology, Anthropology and Geography are multiparadigmatics. The articulation between the concepts of “Disciplinary Matrix” and “Paradigms” can be presented as an interesting theory alternative. The example of the History is presented to illustrate a situation that can be extending to other human sciences.

Keywords: Human Sciences; Paradigm; Disciplinary Matrix; Historic School

As Teorias da História, bem como as diversificadas metodologias empregadas pelos historiadores na sua prática profissional, têm-se propagado de diversos modos na história da historiografia. Para melhor compreensão acerca das formas de propagação das teorias da história no mundo dos historiadores, bem como para o encaminhamento das necessárias tentativas de visualizar a identidade teórica dos vários historiadores, tem sido útil, no âmbito da Historiografia, a referência a alguns conceitos importantes – entre os quais, o de “escola

historiográfica”, o de “paradigma científico”, e o de “matriz disciplinar”. Estes conceitos podem ser imbricados com o fim de melhor apreender a identidade teórica dos historiadores, e é em reconhecimento à sua importância que se torna oportuno refletir mais detidamente sobre estes conceitos, bem como sobre a sua possibilidade de utilização na Teoria da História. Começaremos pelo conceito de “escola histórica”, uma referência que – sem ser obrigatória para a formação de uma identidade historiográfica – é muitas vezes evocada pelos próprios historiadores em suas épocas, ou que frequentemente se vê a eles incorporadas por analistas posteriores.

Uma “Escola” – fora a noção mais vulgar que se refere a instituições de Ensino – pode ser entendida no sentido de uma “corrente de pensamento”, sempre que ocorre um padrão ou programa mínimo perceptível no trabalho de grupo formado por um número significativo de praticantes de determinada atividade ou de produtores de certo tipo de conhecimento, sendo ainda importante que haja uma certa intercomunicação entre estes praticantes, a constituição de uma identidade em comum, frequentemente também ocorrendo a consolidação de meios para a difusão das idéias do grupo, como é o caso de Revistas especializadas controladas por seus membros ou programas veiculados em mídias diversas. Será importante entender ainda que as “escolas” podem apresentar uma referência sincrônica – relacionada a autores ou praticantes de uma mesma época – e uma referência diacrônica, no sentido de que a “Escola” pode se estender no tempo e abarcar sucessivas gerações, ou ser por elas reivindicada.

A Historiografia, no decorrer de sua própria história, conheceu muitas “escolas históricas” (BOURDÈ e MARTIN, 2000). Algumas eram entendidas como “escolas” pelos seus próprios praticantes, outras foram classificadas como escolas independentemente de seus componentes. Uma boa parte das “escolas históricas” até hoje conhecidas relacionaram-se a espacialidades específicas, não raro se referindo a países a que pertenciam os historiadores que nelas se viram incluídos. É assim que, no século XVIII, conhecemos a “Escola Escocesa”, que se referia a eruditos iluministas atuantes na Escócia, tais como Adam Fergusson, John Millar ou David Hume, e que estavam unidos por uma certa concepção naturalista da história. No século XIX, podemos lembrar a “Escola Alemã”, que reunia historiadores alemães ligados ao paradigma historicista, e no século XX podemos falar em uma “Escola Marxista Inglesa”, que reunia historiadores marxistas do Reino Unido que se vinculavam à Revista *Past and Present* e que propunham certas renovações no corpo teórico-prático do Materialismo Histórico. A base comum de uma “escola histórica” em torno de uma revista, aliás, também foi bastante comum na história da historiografia, e podemos lembrar o movimento que ficou conhecido como Escola dos Annales, ao se remeter a historiadores franceses do século XX

que tiveram como principal instrumento de divulgação de seu trabalho a revista de mesmo nome, ou, ainda, a Escola Metódica, que reunia historiadores também franceses através da *Revue Historique*¹. Muitos também enxergam como uma “escola” os historiadores ligados à micro-história italiana, que apresenta uma base nos *Quaderni Storici*, embora neste caso os próprios historiadores envolvidos não se vejam deste modo².

Para que se tenha uma “Escola Histórica”, é preciso, desta maneira, que haja certo padrão ou linguagem comum entre seus participantes, ou outro elemento qualquer que seja forte o suficiente para estabelecer uma unidade – o que pode se dar através do Método, de uma determinada perspectiva teórica, de uma determinada maneira de entender a História, ou do pertencimento a determinado paradigma historiográfico. Pode-se falar ainda, para caracterizar uma Escola, em um “programa” em comum, para utilizar uma expressão de Andrés Burguière em um artigo de 1979 sobre “O Nascimento dos Annales”.

Nem sempre é fácil encontrar elementos em comum quando se discute o trabalho de um grupo de historiadores vinculados a uma Revista ou Instituição: discute-se, por exemplo, se a chamada “Escola dos Annales” era mesmo uma escola (BURKE, 1990), se constituía um “movimento historiográfico”, se chegou a apresentar algo que poderia ser entendido como um “novo paradigma historiográfico” (STOIANOVICH, 1976), ou se na verdade abrigava dois ou mais paradigmas (IGGERS, 1968, p.31). Há mesmo os que rejeitam a idéia de que a Escola dos Annales teria produzido o tão propalado corte na historiografia francesa, como é o caso de Jean Glénisson, que, em um ensaio de 1965 sobre a *Historiografia Francesa Contemporânea*, chega a falar de uma “tranqüila evolução” da historiografia francesa “desde cem anos” (p.x-xi).

De todo modo, apesar das habituais dificuldades classificatórias, o espírito de grupo que determinados historiadores terminam por constituir, trabalhando para uma finalidade comum, frequentemente é forte o suficiente para que se crie a idéia de uma “Escola”. Marc Bloch e Lucien Febvre, à parte certos pontos em comum que se referiam às críticas contra a historiografia francesa tradicional representada pelos metódicos, apresentavam influências e estilos historiográficos distintos, mas isto não impediu que erigissem um dos movimentos mais bem sucedidos da historiografia contemporânea. Sua unidade – além de estratégias bem

¹ A *Revue Historique*, que se tornou o principal instrumento difusor de idéias da Escola Metódica, fora fundada por historiadores franceses de duas gerações: a de antigos positivistas como Taine e Renan, e a dos novos metódicos, que já combinavam a influência positivista a certos elementos historicistas, sendo possível citar entre seus componentes mais destacados Monod, Lavisse e Seignobos. A Escola Metódica, através de sua *Revue Historique*, privilegiava idéias republicanas e, conforme Carbonell e Livet (1983, p.135), combatia os monarquistas, católicos e aristocratas, que se agrupavam por sua vez em uma outra revista da época, a *Revue des Questions Historiques*. Sobre a Escola Metódica, ver REIS, 1996.

² Sobre *A Micro-História Italiana*, ver o livro de Henrique Espada LIMA (2006).

calculadas para a conquista de um espaço institucional – foi assegurada por um programa mínimo, em torno da idéia da “interdisciplinaridade”, da multiplicação de interesses historiográficos para além do “político”, e da necessidade de opor radicalmente uma “História-Problema” a uma historiografia que consideravam factual. Mas a verdade é que, no interior destes parâmetros, os historiadores dos Annales desenvolveram diversificadas formas de trabalho.

Outro aspecto importante a ressaltar é que, face ao sucesso ou projeção de certo grupo que tenha constituído ou se tornado conhecido como uma “Escola”, não raramente surgem os herdeiros, os que se postulam como continuadores da escola em questão, mesmo que já tenham se distanciado dos aspectos que unificavam a escola historiográfica na sua origem. Não raro se estabelecem polémicas acerca da continuidade ou descontinuidade de um determinado grupo de historiadores em relação a outro grupo anterior que seja evocado como elemento identitário importante. Podemos dar o exemplo da notória polémica sobre a continuidade ou descontinuidade entre o arco que abrange as duas primeiras gerações da chamada Escola dos Annales (1930-1968), e a chamada *Nouvelle Histoire*, que reúne novos historiadores franceses em torno da mesma *Revista dos Annales* que um dia fora fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os historiadores ligados à *Nouvelle Histoire* seriam mesmo legítimos herdeiros dos Annales – tal como propõe Peter Burke em seu livro *A Escola dos Annales – Revolução Francesa da Historiografia* (1990) – ou, tal como propõe François Dosse, há muito mais uma ruptura entre a Escola dos Annales e esta outra corrente, que a partir das últimas décadas do século XX tende a desenvolver o que foi por muitos chamado de *Uma História em Migalhas* (DOSSE, 1987)? Se a polémica existe, o que se percebe é que o gesto de se auto-inscrever em uma “Escola Histórica” também está frequentemente relacionado a mecanismos formadores de Identidade, à imagem que determinado grupo pretende projetar de si mesmo. Os próprios historiadores da *Nouvelle Histoire* tendem a reforçar este vínculo com as gerações de Marc Bloch e de Braudel (NORA e LE GOFF, 1974). Eis aqui um exemplo de que o pertencimento a uma “escola” é também uma construção da qual podem participar os próprios sujeitos envolvidos.

Outro conceito importante para a apreensão de identidades historiográficas, e que se pode contrapor ou situar em complementaridade ao de ‘Escola’, é o de ‘Paradigma’. Em um ensaio de 1962 sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, que alcançou extraordinário sucesso, o físico e historiador da ciência Thomas Kuhn (1922-1996) define o que seria um “paradigma” na História das Ciências. À parte o sentido filosófico, que se refere a um modelo de

tratamento com relação a determinado aspecto ou questão singularizados, Kuhn define o paradigma – no sentido sociológico, que é o que estará mais interessando aqui – como “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento”. É verdade que Kuhn priorizava em sua análise as ciências exatas e naturais, e por vezes se refere ao paradigma como uma espécie de macroteoria, marco ou perspectiva que se aceita de forma geral por toda a “comunidade científica” relacionada a determinado campo de saber (por exemplo, a Física, a Química, ou a Astronomia). A análise funciona particularmente bem para o caso de boa parte da história da Física – que apresentou um grande paradigma dominante desde Newton e até a emergência de novos paradigmas no século XX – ou para a Astronomia, a Química, e outros campos.

Para Kuhn, um paradigma sempre apresenta o interesse de criar e reproduzir condições para ampliar o conhecimento, respondendo aos problemas que são colocados pela sua época. Na verdade, as próprias definições dos problemas ou dos tipos de problemas que a ciência deve resolver, fariam parte do paradigma. De todo modo, até certo momento de seu desenvolvimento, o paradigma vigente parece se mostrar apto a resolver todos os problemas que são considerados pertinentes e dignos de atenção pela comunidade científica. A certa altura, contudo, o paradigma depara-se com seus próprios limites, e começa a se apresentar como inadequado. Quando o paradigma não é mais capaz de resolver todos os problemas, que podem persistir ao longo de anos ou mesmo séculos, ele é gradualmente posto em cheque, porque se começa a questionar se ele constitui mesmo o “marco” mais adequado para a resolução de problemas ou se deveria ser abandonado. O paradigma, naturalmente, tende a resistir ferrenhamente, ancorado em suas pretensões monopolistas, antes de se resignar a um solene retiro no cemitério das idéias mortas. Mas isto cedo ou tarde ocorrerá ao paradigma que já não responde às perguntas de seu tempo, as mesmas que se acumulam sobre o seu céu conceitual como pesadas nuvens de uma tempestade que se anuncia³. Nestes momentos, em que se estabelece uma “crise paradigmática”, ocorreria a proliferação de novos paradigmas que competiriam entre si até que um conseguiria se impor como o enfoque mais adequado, produzindo-se então uma Revolução Científica. Desde já, é importante salientar que Thomas Kuhn mostra-se ciente da não-homogeneidade dos campos de saberes, uma vez que se

³ Edgar Morin, não tanto refletindo sobre os “paradigmas” no sentido proposto por Kuhn, mas ao que denominou “sistemas de idéias”, assim se expressa: “Com a força do caráter autoritário e da pretensão monopolista, uma teoria, mesmo científica, tende sempre a recusar um desmentido dos fatos, uma experiência que lhe seja contrária, uma teoria mais bem argumentada. Por isso é raro que seja suficiente, para a desintegração de uma teoria, uma experiência decisiva ou um argumento ‘imbatível’. É necessária uma longa série de provas acumuladas das suas carências e insuficiências e também o aparecimento de uma nova teoria mostrando uma grande pertinência. Assim, na história das ciências, as teorias resistem dogmaticamente como doutrinas, mas, finalmente, a regra do jogo competitivo e crítico leva-as a emendarem-se, depois a retirar-se para o grande cemitério das idéias mortas” (MORIN, 1998, p.166).

expressa em termos de que seria impingida, ao praticante que adentra o seio da comunidade científica, uma certa formação que se constrói em torno de “uma *falsa* idéia de linearidade da evolução de seu respectivo campo especializado”⁴.

Na História e nas Ciências Humanas, há necessidade de maior ajuste ou adaptação destes vários conceitos, em primeiro lugar porque, como já ressaltamos no início deste ensaio, as diversas teorias tendem aqui a ser essencialmente concorrentes, bem como se mostrar disponíveis para a comunidade historiográfica ou sociológica sem que se possa dizer que, em algum momento, haja predomínio de uma só perspectiva⁵. Fica mais difícil, para o caso das ciências sociais e humanas, falar em uma “revolução científica” que estabeleça uma hegemonia, ou que produza a substituição de um novo e único paradigma pelo tradicional, como se houvesse uma única sucessão de paradigmas, no sentido sociológico da expressão. A situação é distinta daquela que atrás vimos relativamente às teorias na Física, uma vez que estas, quando não romperam definitivamente com suas predecessoras em situação de irreparável ruptura, frequentemente foram progressivamente englobantes no seu desenvolvimento histórico, ao menos até fins do século XIX. A história da Física nos mostra inúmeros exemplos nos quais uma teoria mais completa incorporou a outra, superando-a, e ao

⁴ No capítulo “A Invisibilidade das Revoluções”, do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Kuhn discorre sobre o papel dos manuais científicos na difusão desta idéia de continuidade atrelada a uma longa tradição científica, mais povoada por sucessivas acumulações do que por rupturas: “Sendo os manuais veículos pedagógicos destinados a perpetuar a ciência normal, devem ser parcial ou totalmente reescritos toda vez que a linguagem, a estrutura dos problemas ou as normas da ciência normal se modifique. Em suma, precisam ser reescritos imediatamente após cada revolução científica e, uma vez reescritos, dissimulam inevitavelmente não só o papel desempenhado, mas também a própria existência das revoluções que os produziram”. Mais adiante, prossegue Kuhn: “Desto modo, os manuais começam truncando a compreensão do cientista a respeito da história de sua própria disciplina e em seguida fornecem um substituto para aquilo que eliminaram” (KUHN, 1957, p.177) / A história da historiografia nos oferece uma interessante situação inversa. Os principais artífices do movimento dos Annales, na primeira metade do século XX – Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernando Braudel – bem como os historiadores que reivindicam sua herança na *Nouvelle Histoire*, sempre se empenharam em colocar em relevo o caráter revolucionário dos Annales, e até exagerar sua ruptura em relação a correntes historiográficas anteriores. Construiu-se mesmo certa mística em relação a este caráter revolucionário dos Annales, cultuada em ensaios de historiadores ligados ao grupo (ver BRAUDEL, 1972, p.467, e também os diversos artigos em FEBVRE, 1953). Outro exemplo clássico é a leitura do movimento dos Annales proposta por Pierre Chaunu em seu livro *História, Ciência Social*. Para ele, a História – a verdadeira história – nasce apenas em 1929, e “o que é anterior tem [somente] valor de documento” (CHAUNU, 1974, p.101). / Com relação à não-progressividade da história das ciências naturais, inclusive considerando a idéia de ruptura que seria depois retomada por Thomas Kuhn, esta também já havia sido bem analisada por Gastón Bachelard em meados do século XX. Ver o ensaio *Le Materialisme Rationnel* (1953, p.209-217). De igual maneira, há uma contribuição teórica de Bachelard a ser considerada neste e em outros ensaios, como por exemplo a referência, em *Formação do Espírito Científico*, aos “obstáculos epistemológicos” que vão surgindo no próprio ato de conhecer (1938).

⁵ O próprio Thomas Kuhn, em um artigo posterior intitulado “As ciências naturais e as ciências sociais”, dá mostras de ter se tornado consciente desta diferença. O ensaio foi incluído na coletânea de textos intitulada *O Caminho desde a Estrutura* (2006, p.265-273), e contrasta com as posições de Kuhn por ocasião da publicação de seu famoso livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962). Uma passagem desta obra, em particular, ilustra o posicionamento de Thomas Kuhn. Depois de mostrar como os vários campos de saber e âmbitos de estudos relacionados às ciências exatas e naturais vão passando à fase mais amadurecida marcada pela tendência ao predomínio de um paradigma único, Kuhn assim se refere às ciências sociais “Permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas. A história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua” (KUHN, 1957, p.35).

mesmo tempo se mostrando capaz de resolver também novos problemas. Nestes casos, se há uma ruptura, de alguma maneira o novo paradigma se nutre constantemente de conquistas anteriores, redimensionando-as⁶. De outra parte, a história da Física mostra ainda inúmeras situações em que novas teorias surgiram em radical ruptura com o que até o momento se tinha por certo, e, nestas ocasiões, através daquilo que Thomas Kuhn chamou de “revoluções científicas”, terminava-se por ocorrer a instalação de um novo paradigma, por substituição ao paradigma anterior. A história das ciências naturais, no Ocidente, foi alternadamente a história de englobamentos e aperfeiçoamentos do paradigma (o que Kuhn chama de ‘desenvolvimentos da Ciência Normal’) e de rupturas, que estabelecem a “Ciência Revolucionária”.

Com as ciências humanas, não é preciso insistir no fato de que é muito mais comum identificarmos, ao longo de toda a sua história, o eterno padrão dos “paradigmas concorrentes” que se dão ao mesmo tempo, em recíproca descontinuidade. Aqui, se cada teoria permite de fato colocar e resolver novos problemas, não se pode dizer que um paradigma supere o outro, em absoluto. É assim que, desde há muito, historiadores e sociólogos se acostumaram a conviver com uma expressiva diversidade de paradigmas relativos aos seus campos de saber, e também de teorias concorrentes concernentes aos seus mais diversos objetos de estudos. Deve-se ressaltar, inclusive, que os próprios problemas levantados por um determinado paradigma, nas ciências humanas (como também nas ciências naturais), não são os mesmos que chamarão a atenção dos historiadores e cientistas sociais ligados a outro âmbito teórico. Perguntas radicalmente diferentes são formuladas pelas diversas formas de Positivismo, pelo Historicismo e pelo Materialismo Histórico, apenas para citar os três primeiros grandes paradigmas historiográficos que surgiram assim que a História se tornou científica, e também são problemas basicamente distintos aqueles que são evocados pelos desenvolvimentos teóricos propostos por pensadores mais ou menos independentes como Max Weber, Norbert Elias ou Michel Foucault.

⁶ Quando não efetivo, esta idéia de englobamento é frequentemente estimulada pelos manuais científicos como tábua de leitura da própria história de seu campo de conhecimento. Neste sentido, Thomas Kuhn considera que alguns fatores que afetam a comunidade científica tendem a consolidar, nos candidatos a pesquisadores de certa especialidade, uma “falsa idéia de linearidade” na evolução de seu campo de estudos, de modo que se estabelece um fundo de operações menos flexível que lhes impinge certas certezas acerca do tipo de conhecimento mais correto. Vai se formando então a crença em um certo modo de pensar que seria o correto, em determinados valores verdadeiros, o que termina por favorecer nos praticantes uma certa resistência às mudanças que, apesar disto, terminarão por ocorrer. Quando as explicações para os fenômenos que se apresentam começam a ser contraditadas pelas novas realidades, ou quando outras explicações concorrentes são apresentadas em eventos científicos e começam a encorpar as tendências a serem aceitas por um número cada vez mais significativo de cientistas, quando a maior parte das práticas começa a aderir às teorias mais recentes e adotam novos procedimentos metodológicos, que antes não eram aceitos, logrando alcançar resultados científicos mais satisfatórios, percebe-se que está praticamente instalado um novo paradigma.

Assim, se os materialistas históricos empenham-se desde sempre em apreender na história a “luta de classes”, e costumam indagar pelas relações que existiriam entre os aspectos econômicos e culturais, já algumas das correntes relacionadas ao Positivismo pretendem enxergar a realidade social sob o prisma da “conciliação de classes”, e formular questões que relacionem “ordem” e “progresso” sob esta mesma perspectiva. De igual maneira, se os praticantes de uma “história universal” buscavam apreender a história da humanidade como um único movimento, tal como se pode ver na historiografia idealista inspirada em Hegel nos anos 1830, já os historicistas daquela mesma primeira metade do século XIX costumavam se perguntar como seria possível captar a singularidade de cada povo ou nação, de modo a construir uma história genuinamente nacional.

Os exemplos poderiam ser multiplicados *ad nauseam*. O importante é dar a perceber que os historiadores e cientistas sociais desde há muito convivem com esta multiplicidade de maneiras de indagar a realidade e de ver as coisas, e que já a partir dos primeiros momentos de seu treinamento aprendem a conviver com as diversas alternativas teóricas que terão à sua disposição em cada um destes campos de saber, sem acreditar que uma delas trará a solução definitiva. Ou, ainda, mesmo que um historiador ou sociólogo acredite que o seu paradigma específico é o mais correto, a própria história do seu campo de saber lhe mostra que os vários paradigmas aqui coabitam sem que um possa superar o outro. O mesmo não se dá, certamente, com os diversos campos de saber relacionados às ciências da natureza, e em alguns deles é especialmente intensa a idéia de que a comunidade científica deve entrar em acordo com relação a certas questões paradigmáticas. A ausência deste acordo, para alguns cientistas da natureza, chega a ser mesmo perturbadora⁷.

Poderíamos mesmo ir além, e adotar uma metáfora que é empregada pelo próprio Thomas Kuhn na sua análise dos paradigmas relacionados às ciências naturais e exatas. Os contingentes de cientistas sociais e humanos associados aos diversos paradigmas – sejam historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, psicólogos, economistas ou outros – “habitam mundos diferentes”. Um determinado historiador vive em um mundo no qual se

⁷ No capítulo “Resposta à Crise” de seu ensaio, Thomas Kuhn (1957, p.115) chega a mostrar como é perturbador para os físicos e químicos o período de crise paradigmática, no qual concorrem vários paradigmas na sua disputa pela hegemonia teórica de um campo científico. Em suas “notas autobiográficas”, Einstein assim se refere ao período que precede a maturação da teoria do campo eletro-magnético de Maxwell, e depois o desenvolvimento dos princípios de Heisenberg, que permitiriam à Física sair da confusão paradigmática de fins do século XIX: “Foi mesmo como se o solo debaixo de nossos pés tivesse sido retirado, sem que nenhum fundamento firme, sobre o qual se pudesse construir, estivesse à vista” (EINSTEIN, 1949, p.45). Muito antes dele, vivendo a crise paradigmática de sua própria época, Copérnico havia comparado o campo disciplinar da Astronomia do século XVI a um “monstro” montado com partes incoerentes entre si (KUHN, 1957, p.138). Já entre historiadores, e cientistas humanos e sociais, de modo geral, a “confusão paradigmática” é absolutamente o estado normal das coisas, e todo historiador, sociólogo ou antropólogo já aprende desde cedo a respirar confortavelmente no redemoinho no qual se embatem as diversas teorias e modelos.

embatem as “classes sociais”, outro habita um mundo povoado por “espíritos nacionais”, um terceiro vive em um planeta social que é produzido pelo somatório de indivíduos, e aquele outro perambula descompromissadamente por um universo descontínuo. Neste historiador das relações de gênero, a “sexualidade” (o conjunto de fatores que determinam o “masculino” e o “feminino”) constitui um pacote de dados que se impõe pela própria natureza; mas para aquele outro, não é apenas o “gênero” que é histórico, mas até mesmo o sexo, em última instância, é uma construção social. Há ainda os que habitam mundos povoados por “raças” de homens, e aqueles que, no limite, caminham por paisagens nas quais é possível vislumbrar em cada átomo individual a diversidade humana.

Esta propriedade dos cientistas de “viverem em mundos diferentes”, conforme as visões teóricas que conformam suas maneiras de pensar, não é apanágio das ciências sociais e humanas, e é também atributo dos cientistas da natureza e dos saberes exatos⁸. O cerne da questão, todavia, encontra-se no modo como uns e outros encaram esta mesma situação. Além de serem muito mais acentuados nas ciências humanas e sociais esta convivência e o intenso trânsito entre diversificadas teorias, o fato é que os cientistas sociais já se habituaram há muito a este “viver entre mundos”. Os cientistas sociais, habitantes de uma diversificada federação de planetas teóricos, tornaram-se excelentes tradutores uns dos outros, e exercem desde há muito uma sofisticada diplomacia teórico-metodológica.

O universo das ciências sociais e humanas, enfim, oferece desde cedo aos seus praticantes uma complexa rede de paradigmas e posicionamentos teóricos que devem ser escolhidos, caso a caso, para a prática da produção de conhecimento em cada um dos campos de saber. Não é com a sucessão de paradigmas que suplantam uns aos outros, e que fazem a ciência avançar a partir de rupturas irreversíveis, que lidam os cientistas sociais e humanos, mas sim com a possibilidade de estabelecerem uma comunicação entre mundos distintos. A “tradução” é uma prática mais firmemente estabelecida entre os cientistas sociais do que as operações de “conversão”, que de resto precisam ocorrer mais amiúde entre os cientistas exatos. No universo das ciências sociais e humanas, as conversões de pesquisadores que decidiram migrar para um novo paradigma, em que pese não deixem de ocorrer, são decisões sempre individuais, e não necessidades da comunidade científica. A comunidade de historiadores

⁸ Assim discorre Thomas Kuhn sobre a questão, referindo-se aos campos da Física e da Química: “Em um sentido que sou incapaz de explicar melhor, os proponentes de paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes. Um [o mundo físico dos aristotélicos] contém corpos que caem lentamente, o outro [o mundo físico de Galileu] pêndulos que repetem seus movimentos sem cessar. Em um caso, [já se referindo à Química] as soluções são compostos; no outro, misturas. Um encontra-se inserido numa matriz de espaço plana [o cientista associado ao paradigma newtoniano]; o outro, em uma matriz curva [os cientistas relativistas que adotam o ponto de vista de Einstein]. Por exercerem sua profissão em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas vêem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção” (1957, p.192).

jamais se pronuncia em bloco a favor da adoção de um único paradigma, mesmo ao cabo de algumas gerações, tal como ocorreu com a maior parte da comunidade dos físicos ao aderir ao paradigma newtoniano, e ao considerá-lo mais tarde superado pela “teoria da relatividade”⁹.

Ao lado disto, ainda que um materialista histórico consiga convencer um positivista a abandonar o seu planeta teórico, ele sabe perfeitamente que não poderá converter maciçamente *todo* o “planeta dos positivistas”. Assim também, ainda que possa atrair para o seu centro de gravidade um filósofo errante, a paisagem espacial das ciências humanas sempre será percorrida por meteoritos e cometas autônomos, ao lado da viagem orbital mais perene dos grandes planetas paradigmáticos. Obrigar o universo a se curvar a um único paradigma, ou, mais ainda, a uma única corrente teórica no interior de um paradigma, é o mesmo que resolver questões teóricas e empíricas a golpes de foice e martelo, como fez Stalin com relação à imposição teórica de determinadas soluções historiográficas no interior do marxismo-leninismo, no período de seu governo autoritário na União Soviética.

O eficaz aparato conceitual proposto por Thomas Kuhn para compreender a História da Ciência veio a ocupar um lugar de inegável destaque no âmbito dos estudos sobre a história dos diversos campos disciplinares. O conceito de paradigma, todavia, clama por algumas adaptações conforme o aplicamos a um ou outro campo de conhecimento, em especial quando temos em vista as ciências sociais e humanas. É importante lembrar que, em outro momento de suas reflexões, ao procurar aparar arestas de seu quadro conceitual, Thomas Kuhn chegou a falar em uma “matriz disciplinar” – noção que poderia se mostrar mais eficaz no que se refere ao universo mais amplo de valores que afetam cada comunidade científica em questão¹⁰. Este segundo conceito pode ser particularmente interessante para a comunidade historiadora, no sentido de que existem certos princípios mais gerais que realmente são aceitos pela ampla maioria dos historiadores – tais como a necessidade de uma base empírica

⁹ Nas ciências exatas, a conversão da comunidade científica ao novo paradigma dá-se, comumente, não através do somatório das adesões de cada cientista. Geralmente a comunidade científica vai aderindo ao novo paradigma através da sucessão de duas ou mais gerações. Thomas Kuhn registra o seguinte depoimento de Max Planck: “uma nova verdade científica não triunfa convencendo seus oponentes e fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela” (PLANCK, 1949, p.33-34; KUHN, 1957, p.193). Da questão da “conversão”, Kuhn trata no ‘capítulo 11’ de seu livro.

¹⁰ Esta solução conceitual – utilizada para evitar dois usos distintos que haviam sido empregados no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) – é introduzida por Thomas Kuhn no “Posfácio” de 1969, que o autor acrescentou a este mesmo livro (KUHN, 2006, p.228). Neste *Posfácio*, Thomas Kuhn justifica a escolha do termo: ‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum dos praticantes de uma disciplina particular. ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2006, p.228-229). Segundo Kuhn, a ‘Matriz Disciplinar’ é uma espécie de patrimônio ou repertório de recursos partilhados por todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e se constitui de alguns tipos de componentes, os principais dos quais seriam: (1) as “generalizações simbólicas” (na verdade postulados ou expressões empregados pelos praticantes do campo sem discussão ou dissensão); (2) crenças; (3) valores e (4) exemplares (modelos que instruem os aprendizes de uma ciência).

nas fontes ou como a consideração da perspectiva do tempo – e que deste modo poderiam corresponder a uma “matriz disciplinar”, sendo que esta por sua vez poderia abrigar dentro de si certo número de paradigmas concorrentes. A matriz disciplinar, para o caso da História, corresponderia em boa parte ao que Michel de Certeau se referiu como a rede de pressões que vem da comunidade de historiadores e que interfere no “lugar de produção” de uma *Operação Historiográfica* (1974). Jörn Rüsen adaptou o conceito de ‘matriz disciplinar’ em seu livro *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica* (1983)¹¹. Também Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1970), embora sem utilizar o mesmo vocabulário, refere-se a este conjunto de imposições disciplinares que incidem sobre os praticantes de cada um dos vários campos de conhecimento. Ainda para Thomas Kuhn, seria sempre preciso considerar certo patamar básico de conhecimentos e pressupostos que existiriam como necessários, aos olhos da comunidade científica, de modo a dar suporte à concepção e à recepção das questões científicas em determinado campo de conhecimento. É aqui que a noção de “matriz disciplinar” torna-se operante.

As adaptações destes vários conceitos podem se mostrar relevantes para a historiografia, desde que sempre tenhamos em vista as especificidades da História. O que ocorre com a Historiografia e com outras ciências humanas é que, conforme já reiteramos algumas vezes, nelas não se impõe ao seu praticante em formação essa ilusão de uma evolução linear de seu campo de conhecimento. Desde cedo, o historiador em formação toma conhecimento de que existem diversos paradigmas concorrentes, diversas teorias que se complementam ou que se confrontam, conceitos flexíveis a serem operacionalizados. Conscientizado de que trabalhará com escolhas, o historiador percebe ao longo da sua formação que a situação habitual é mesmo a da proliferação de paradigmas concorrentes, e dificilmente se poderia dizer que tenha ocorrido alguma vez a imposição de um paradigma único. Seria útil pensar na imposição, sim, de certa “matriz disciplinar”, aliás em contínua mas lenta transformação através do devir histórico, no interior da qual se afirmam paradigmas diversificados ao sabor

¹¹ Jörn Rüsen (n.1938), historiador e teórico ligado ao moderno Historicismo alemão, a cujas obras voltaremos algumas vezes em vista da acuidade de suas reflexões teóricas sobre a História, dedicou-se amplamente ao estudo de diversos dos campos que aqui nos interessam: a Teoria da História, a Metodologia da História, a Historiografia, e o Ensino de História. Sua primeira obra significativa foi sua tese de doutorado, defendida em 1966, na qual estudou aspectos teóricos relacionados à obra do historiador oitocentista Johan Gustav Droysen. No Brasil, suas obras mais conhecidas são aquelas que constituem a sua famosa Trilogia dedicada à *Teoria da História: Razão Histórica* (1983); *Reconstrução do Passado* (1986) e *História Viva: Formas e Funções do Conhecimento Histórico* (1989). A reflexão sobre o Ensino de História desenvolvida por Rüsen encontra seu ponto alto em *O Ensino de História: fundamentos e paradigmas* (1994). Da mesma forma, as reflexões de Rüsen sobre historiografia, além de *Estudos de Meta-História* (1993), renderam uma obra igualmente notória em parceria com Friedrich Jaeger, intitulada *História do Historicismo: uma Introdução* (1992).

do dinâmico jogo de interações e transformações mais ou menos rápidas estabelecidas pelas variadas realizações historiográficas.

Pensadas em um quadro de historicidade e de adequação às ciências humanas, as noções de “matriz disciplinar” e de “paradigma” podem se adaptar particularmente bem ao estudo da Teoria da História. Em nossa estrutura conceitual, a “Matriz Disciplinar” corresponderá, antes de mais nada, a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos historiadores – tais como a necessidade de uma referência à base documental (fontes históricas) ou a consideração das mudanças no tempo – aspectos sem o quais a própria disciplina perderia a sua identidade nos moldes como hoje a concebemos. Estas e outras ‘singularidades’ – que, para cada caso, correspondem àquele conjunto irreduzível de dimensões, princípios e postulados aceites por todos ou quase todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e que, de certo modo, é o que marca a identidade do campo em relação a outras áreas de saber – constituem, por assim dizer, o “núcleo duro” de uma ‘matriz disciplinar’. Este núcleo duro pode mudar, mas se isso ocorre, ou é muito lentamente, ou é como resultado de alguma mudança revolucionária nos aspectos essenciais de um campo disciplinar.

Na História, por exemplo, veremos depois que a consciência de que o historiador trabalha com a dimensão do “Tempo” foi se instalando gradualmente e decisivamente na História (pois ainda não estava presente com toda a clareza na historiografia de Heródoto, para quem a história era, sobretudo, um “inquérito” ou uma “investigação”). Hoje, historiador algum questionaria o fato de que a História opera essencialmente com a dimensão do “Tempo”. Pode se dar mesmo que haja mudanças menos ou mais perceptíveis na forma como se pensa esta dimensão temporal da História – e podemos lembrar que os historiadores um dia tenderam a pensar a História como “estudo do passado humano”, enquanto a partir de Marc Bloch tem-se como uma definição mais precisa a de que “a história é o estudo do homem no tempo” (BLOCH, 1949). Mas de todo modo é incontestável para qualquer historiador que a História traz esta noção de “temporalidade” para a centralidade de suas operações.

Já a noção de ‘fonte histórica’ tem integrado, da mesma maneira, o ‘núcleo duro’ da ‘matriz disciplinar’ da História. Desde Heródoto e Tucídides, já havia a consulta historiográfica de fontes escritas ou materiais, ainda que estes historiadores da Grécia Antiga tendessem a considerar como possuindo maior grau de confiabilidade os depoimentos orais ou mesmo aquilo que o historiador pode presenciar ele mesmo. Tal tendência foi se revertendo, e a “fonte histórica” foi ocupando cada vez mais uma centralidade. Desde o princípio do século XIX, quando começa a se constituir para a História uma ‘matriz disciplinar’ já propriamente

científica, a noção de fonte histórica – ou de “documento histórico” – beneficia-se mesmo de uma revolução que agrega ao trabalho com as fontes históricas uma preocupação metodológica bastante rigorosa, a começar pela chamada “crítica documental” instituída pelos historicistas da Escola Histórica Alemã. Esta centralidade da ‘fonte histórica’, e também os cuidados metodológicos na sua operacionalização, não abandonariam mais, desde então, o “núcleo duro” da ‘matriz disciplinar da História’. Pode-se discutir as metodologias, ou mesmo as relações que estas fontes poderão estabelecer com a possibilidade de se alcançar em algum nível uma “verdade histórica” (um questionamento encaminhado, por exemplo, por setores do pós-modernismo historiográfico). Mas os historiadores não colocam em dúvida o papel central da ‘fonte histórica’ no seu trabalho. Isso faz parte da sua “matriz disciplinar”.

Pode-se ainda acompanhar a proposição de Thomas Kuhn de que os chamados “exemplares” também fazem parte de uma ‘matriz disciplinar’. Postularemos que os exemplares não fazem parte do ‘núcleo duro’ de uma matriz disciplinar, mas que de todo modo a habitam, como um repertório de modelos disponíveis para todos os praticantes de uma disciplina científica, inclusive para aqueles que estão aprendendo o seu ofício e ainda se instruindo com vistas a serem aceitos na ‘comunidade científica’. Para Kuhn, os “exemplares” constituem, antes de mais nada, “as soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames, ou nos capítulos dos manuais científicos” (KUHN, 1957, p.234). Tais soluções, prossegue Kuhn, indicam, através de exemplos, como os praticantes do campo devem realizar o seu trabalho. “A prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através dos exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes” (KUHN, 1957, p.234-235). Na História, iremos encontrar muitos exemplares através do repertório de métodos e técnicas que se coloca à disposição dos historiadores para a abordagem dos diversos tipos de fontes. Através de um exemplar – não importa a que corrente teórica ou a que paradigma o historiador se associe – pode-se encontrar uma operação metodológica aplicável a uma situação análoga. É possível também encontrar “exemplares” ao nível teórico, mas para os historiadores, é especialmente no âmbito metodológico que os exemplares se oferecem em maior quantidade, uma vez que as escolhas teóricas e conceituais, em boa parte dos casos, já começam a fazer parte do universo mais específico das correntes teóricas e paradigmas historiográficos, compreendidos como subconjuntos que se encaixam no interior da ‘matriz disciplinar’ mas que formam territórios específicos, por vezes concorrentes, no interior desta matriz. Isto nos leva, aliás, ao próximo aspecto a ser discutido.

A ‘Matriz Disciplinar’, poderemos deixar por estabelecido, é este universo mais amplo no qual se incluem, ou com o qual concordam, todos os praticantes do campo. Ela tem o seu ‘núcleo duro’, formado pelos aspectos incontestes do campo, e também uma certa constelação habitada por exemplares e elementos disponíveis para todos os praticantes, independente de suas filiações teóricas mais específicas. Quanto aos paradigmas, e já consideraremos aqui o caso da História, estes expressam posicionamentos distintos sobre questões fulcrais que redefinem a prática historiográfica, situação que podemos exemplificar com a contraposição entre o paradigma Positivista e o paradigma Historicista no século XIX, apenas para dar um exemplo. O paradigma, contudo, não se impõe necessariamente contra certos aspectos que constituem o núcleo fundamental da matriz disciplinar, e podemos lembrar aqui as reflexões do micro-historiador italiano Carlos Ginzburg sobre as “Raízes de um Paradigma Indiciário” (1986), em um artigo no qual ele historia a emergência, nas ciências humanas, de um novo modelo epistemológico relacionado a uma inovadora abordagem dos indícios. Apesar de propor a consideração de um novo paradigma, em nenhum momento Ginzburg coloca em cheque a necessidade da referência a “bases de fontes históricas”, o que já constitui uma dimensão inerente ao “núcleo duro” da própria matriz disciplinar da História atualmente em vigor, conforme vimos acima. O mesmo Carlo Ginzburg vem, aliás, em defesa desta matriz em outro artigo, de 1979, intitulado “Provas e Possibilidades”, no qual polemiza contra certas posições sustentadas por Hayden White que estariam ameaçando aproximar perigosamente a Historiografia dos trabalhos de ficção literária (1973). O exemplo mostra que afirmar ou sustentar certo paradigma, na História, não implica em afrontar elementos fundamentais da sua matriz disciplinar. Conforme postulamos, a História já há muito trabalha com paradigmas concorrentes, e não com a sucessão de paradigmas únicos. Mas isto não impede que haja uma determinada ‘matriz disciplinar’ reconhecida pela ampla maioria de historiadores.

Para além dos paradigmas, entre eles, e no interior deles, podemos ter inúmeras correntes teóricas, conforme já discurremos antes, e não mais nos deteremos neste ponto. Seria o caso, apenas para lembrar um exemplo, de pensar nas inúmeras correntes teóricas que povoam o paradigma do Materialismo Histórico ou o paradigma Historicista, por vezes algumas destas correntes confrontando-se umas com as outras na sua discordância com relação ao uso de determinados conceitos, abordagens, ou mesmo à interpretação ou possibilidades de aplicação de certos princípios que constituem o paradigma. Pode ocorrer mesmo o confronto de dialetos no interior da linguagem mais ampla que é típica do paradigma (por vezes, é possível reconhecer no interior do paradigma do Materialismo Histórico, através do seu dialeto, os partidários da “Teoria Crítica” inspirada na Escola de Frankfurt, os historiadores marxistas

influenciados pela Escola Inglesa do Marxismo, ou os historiadores que incorporaram o dialeto estruturalista de influência althusseriana).

A questão das “línguas” e “dialetos”, aliás, constitui um último ponto a discorrer. Os historiadores, por exemplo, costumam lidar com um entremeado muito rico de línguas e elementos expressivos, oriundos de âmbitos diversos. Tais como os demais cientistas humanos, muito habitualmente os historiadores lidam com palavras e expressões de uso comum, de maneira que a sua língua é de modo geral facilmente comunicável ao grande público. É mais fácil ao público não-especializado compreender um historiador, do que compreender um economista ou um profissional ligado ao Direito (a não ser que estes se empenhem na tradução dos seus termos mais complexos), e será ainda mais difícil se aproximar da língua dos Físicos e dos Matemáticos no momento em que estes estiverem utilizando fórmulas matemáticas e um sistema conceitual de base para cuja compreensão é necessário determinado treinamento prévio. Todavia, mesmo os historiadores têm também a sua língua, transversal aos diversos níveis que se estabelecem a partir do âmbito mais englobante, que é o da Matriz Disciplinar.

Existem expressões e conceitos que são amplamente conhecidas de todos aqueles que são familiares a determinado campo de saber, e que conhecem bem a sua Matriz Disciplinar. Não raro, existem expressões e conceitos que foram fixadas no campo disciplinar através de determinados “exemplares”, e que são cedo aprendidas pelos praticantes de um campo, desde o seu período de formação; existem também expressões que ficaram associadas ao uso que delas fez certo autor¹². A expressão “processo civilizador”, por exemplo, ficou muito associada ao uso que dela fez Norbert Elias no livro que leva este nome (1939). Há também conceitos que se territorializam. O conceito de “dialética negativa”, tornou-se praticamente marca registrada dos desenvolvimentos derivados da “Teoria Crítica” e de outras propostas da Escola de Frankfurt – uma escola filosófica ligada ao Materialismo Histórico com características muito específicas¹³. Mas existe grande quantidade de conceitos utilizados pelos historiadores que são polissêmicos. Terry Eagleton registra, em seu livro *Ideologia*, nada

¹² Thomas Kuhn se refere a alguns casos como este, no momento em que discute os problemas de língua e tradução que estão envolvidos na comunicação entre os membros de certas comunidades científicas: “Uma vez que as palavras em torno das quais se cristalizam as dificuldades foram parcialmente apreendidas a partir da aplicação direta de exemplares, os que participam de uma interrupção da comunicação não podem dizer: ‘utilizei a palavra «elemento» (ou «mistura», «planeta», ou «movimento livre») na forma estabelecida pelos seguintes critérios” (KUHN, 1957, p.250).

¹³ O ensaio *Dialética Negativa* foi escrito em 1966 por Adorno (1903-1969), um dos representantes da Escola de Frankfurt. Sobre o uso do conceito de Dialética Negativa no pensamento dos vários frankfurtianos, que buscam trabalhar com uma dialética da “não-identidade”, bem como respeitar o diferente, o dissonante, e mesmo o “inexpressável”, ver BUCK-MORSS, 1981.

menos do que dezesseis sentidos de uso mais comum para este conceito na atualidade (EAGLETON, 1997, p.15).¹⁴ A questão da polissemia conceitual, e também a dos dialetos que se referem a setores no interior de uma mesma comunidade científica, requerem por vezes o recurso à “tradução”.¹⁵ Um enunciado perfeitamente transparente para determinado setor teórico de um campo disciplinar, pode parecer opaco para outro setor da mesma comunidade científica.

Estes e outros, enfim, são os aspectos que se devem relacionar com vistas à aplicabilidade, para a Teoria da História, dos conceitos de “Matriz Disciplinar”, “Paradigma”, “Corrente Historiográfica”, “Escola Histórica”. É preciso dizer ainda que as “Escolas Históricas”, definíveis pelos diversos aspectos que asseguram a unidade de um grupo e também por questões identitárias que se estabelecem entre seus componentes, podem se inserir no interior de um paradigma ou não, e pode mesmo ocorrer que historiadores de uma mesma escola constituam paradigmas distintos¹⁶. O paradigma pode também abarcar, em alguns casos, diversas escolas, e podemos lembrar o caso do Historicismo, que encontrou difusão não apenas na Escola Alemã, como também entre inúmeros outros historiadores, que por vezes se viram agrupados em diversas escolas historicistas nacionais.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966 [original: 1966].
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [original: Paris: Vrin, 1938].
- BACHELARD, Gaston. *Le Materialisme Rationnel*. Paris: PUF, 1953.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. [1949].
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1972. [*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A.Colin, 1949. 3 vol.] [edição ampliada: 1966].

¹⁴ Sobre um panorama crítico para várias possibilidades de sentidos modernamente atribuídos ao conceito de “ideologia”, o autor remete NAESS *et al*, 1956, p.143 ss.

¹⁵ Esta questão é também tangenciada por Thomas Kuhn no “Posfácio” de 1969 para o ensaio *Estrutura das Revoluções Científicas*: “Em suma, o que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades de linguagem e a partir daí tornarem-se tradutores” (KUHN, 1957, p.251). Clássicos para as questões que envolvem a tradução são os livros *Mundo e Objeto* [1965], e *Teorias e Coisas* [1960], de W. O. QUINE.

¹⁶ Discussão notória sobre isto, empreendida por historiadores diversos, é que indaga se a chamada Escola dos Annales introduziu na historiografia ocidental um novo paradigma (GEMELLI, 1987; STOIANOVITCH, 1976), ou mesmo vários novos paradigmas (REVEL, 1979). Também José Carlos Reis é favorável à idéia de que os Annales introduzem um novo paradigma, no caso relacionado a uma nova forma de tratamento do Tempo (REIS, 2000, p.15).

- BURGUIÈRE. Histoire d'une Histoire: La naissance des Annales. *Annales ESC*, n°6, Paris: A. Colin, nov/dez 1979.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1990.
- BUCK-MORSS, Susan. *Origen de la Dialectica Negativa – Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981.
- CARBONELL, C. e LIVET, G. *Au berceau des Annales*. Toulouse, Presses de l'Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 1983.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*. Paris: SEDES, 1974.
- DOSSE, François. *L'histoire em miettes – des Annales à La Nouvelle Histoire*. Paris: La Découverte, 1987 [A *História em Migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994]
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- EINSTEIN, Albert. “Autobiographical Note” in *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. Evanston: P. A. Schil, 1949.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (vol I/ II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995/4 [original: 1939].
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire* (1953). Paris: Armand Colin, 1965.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. [1970].
- GEMELLI, G. “Les Annales nel segundo dopoguerra: uno Paradigma?”. In. ROSSI, P (org). *La storiografia contemporanea – indirizzi e problemi*. Milano: Arnaldo Mandadori, 1987.
- GLÉNISSON, Jean. L'historiographie française et ses realisations. *Comité Français de Sciences Historiques – la Recherche Historique en France de 1940 a 1965*. Paris: CNRS, 1965.
- GINZBURG, Carlo. “Raízes de um Paradigma Indiciário” In *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 143-179 [original: 1986].
- _____. “Provas e Possibilidades” In *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. 179-202 [original: 1979].
- IGGERS, Georg G. *The German Conception of history*. Middletown: Wesleyan University Press, 1968.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [*The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962].
- _____. “As ciências naturais e as ciências sociais” in *O Caminho desde a Estrutura*. São Paulo: Unesp, 2006, p.265-273.
- _____. *The Copernican Revolution*. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1957.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MORIN, Edgard. *O Método*. Volume 4: *As Idéias*. Porto Alegre: Sulina, 1998 [original: 1991].
- NAESS, A. et al. *Democracy, Ideology and Objectivity*. Oslo: [s.n.],1956.
- NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (orgs). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [original: *Faire de l'Histoire*, 1974].
- PLANCK, Max. *Scientific Autobiography and Other Papers*. New York: Philosophical Library, 1949.
- QUINE, W. O. *Word and Object*. Cambridge Mass: The M.I.T. Press, 1960.
- _____. *Theories and Things*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1965.
- REIS, José Carlos. “A escola metódica, dita ‘positivista’” in *A História, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- REVEL, Jacques. Les paradigms des Annales. In: *Annales ESC*, n°6, Paris: A. Colin, nov/dec 1979.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica* (Teoria da História – I). Brasília: EDUB, 2001 [original: 1983].

_____. *Reconstrução do Passado: os princípios da pesquisa histórica* (Teoria da História – II). Brasília: EDUB, 2007 [original: 1986].

_____. *História Viva: formas e funções do conhecimento histórico* (Teoria da História – III). Brasília: EDUB, 2007.

STOIANOVICH, Train. *French historical method – the Annales Paradigm*. Ithaca / London: Cornell University Press, 1976.

WHITE, Hayden. *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972[original inglês: 1973].